

A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná¹

Djoni Roos

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Docente do curso de Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon
Membro do Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS)
e-mail: djoni_roos@yahoo.com.br

Resumo

O texto objetiva problematizar e debater a territorialidade do agronegócio no interior dos assentamentos rurais, a fim de compreender as conflitualidades, contradições e resistências geradas neste processo. O recorte analítico abrange quatro assentamentos rurais da mesorregião Centro-Sul do Paraná: Celso Furtado no município de Quedas do Iguaçu, Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Dez de Maio no município de Rio Bonito do Iguaçu. Todos estes foram conquistados a partir da ocupação do latifúndio Giacomet-Marodin/Araupel. Assim, o estudo dialoga com as contradições e a relação dialética inserida na produção das condições necessárias à reprodução social dos camponeses, ou seja, aponta para os desafios inerentes ao processo de construção do território camponês, bem como, para as estratégias de superação desta condição.

Palavras-Chave: território camponês; territorialidade do agronegócio; subordinação ao capital; relação dialética; estratégias de resistência camponesa.

Resumen

La reproducción contradictoria del campesinado frente la territorialidad del agronegocio: subordinación y resistencia en los asentamientos rurales en el centro-sur del Paraná

El texto tiene como objetivo cuestionar y discutir la territorialidad del agronegocio en los asentamientos rurales con el fin de entender las conflictualidades, contradicciones y resistencias generadas en este proceso. El enfoque analítico abarca cuatro asentamientos rurales del meso región centro-sur de Paraná: Celso Furtado en el municipio de Quedas do Iguaçu, Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire y Dez de Maio en el municipio de Rio Bonito do Iguaçu. Todos ellos fueron conquistados por la ocupación del latifundio Giacomet-Marodin/Araupel. Así, el estudio habla de contradicciones y se inserta relación dialéctica en la producción de las condiciones necesarias para la reproducción social de los campesinos, es decir, apunta a los desafíos del proceso de construcción del territorio camponés, así como a las estrategias para superar esta condición.

Palabras Clave: territorio camponés; territorialidad del agronegocio; subordinación al capital; relación dialéctica; estrategias de resistencia campesina.

¹O presente texto, salvo algumas modificações, é parte integrante da tese de doutorado “Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências”, defendida junto ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCT/UNESP) de Presidente Prudente.

Abstract

The contradictory reproduction of the peasantry front of agribusiness territoriality: subordination and resistance in rural settlements in the south-central Paraná

The paper aims to question and discuss the territoriality of agribusiness within the rural settlements in order to understand the conflictualities, contradictions and resistances generated in this process. The analytical approach covers four rural settlements of mesoregion central-southern Paraná: Celso Furtado in the municipality of Quedas do Iguaçu, Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire and Dez de Maio in the municipality of Rio Bonito do Iguaçu. All these were conquered from the occupation of landlordism Giacomet-Marodin/Araupel. Thus, the study speaks to contradictions and inserted dialectical relationship in the production of the necessary conditions for the social reproduction of the peasantry, that is, points to the challenges of the peasant territory construction process as well as to the strategies to overcome this condition.

Keywords: peasant territory; territoriality agribusiness; subordination to capital; dialectical relationship; peasant resistance strategies.

Introdução

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, no campo brasileiro, se nutre também de formas não capitalistas de produção, como o trabalho familiar e a produção camponesa de modo geral. Tal assertiva leva a compreensão de que, embora o campesinato seja uma relação não capitalista, sua reprodução deve ser entendida a partir das contradições do desenvolvimento do capitalismo. Assim, embora os assentamentos rurais se ergam como importante território camponês no processo de enfrentamento entre a agricultura camponesa e capitalista é imprescindível compreender que eles não estão livres da ação do sistema capitalista, se constituindo em territórios permanentemente disputados.

Para melhor compreender essa relação, apresenta-se a seguir uma análise da relação dialética contida na territorialidade do agronegócio em território camponês e a resistência dos camponeses que produzem suas próprias territorialidades por meio da agroecologia, a partir de pesquisa realizada nos assentamentos rurais conquistados do latifúndio Giacomet-Marodin (Celso Furtado, Marcos Freire, Ireno Alves dos Santos e Dez de Maio), localizados nos municípios de Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu, mesorregião Centro-Sul do Paraná. Ao contrário de análises inoportunas que suprimem o campesinato da história ou tratam-no como residual, o presente texto aponta para a efetiva participação dos camponeses na construção dos territórios analisados. Por outro lado, este artigo preocupa-se também com a superação das generalizações, as quais, em muitas situações ignoram as disputas e conflitos territoriais internos aos assentamentos rurais. Por meio deste método, entende-se que na compreensão da relação campesinato-capital, a análise da sujeição da renda da terra e da territorialidade do capital em território camponês é imprescindível, porque permite compreender a subalternidade camponesa, as resistências às formas subordinadas e suas interações dialéticas. A metodologia utilizada na pesquisa centra-se no estudo de referências relacionadas aos conflitos entre agronegócio e campesinato, e, sobretudo, na coleta de dados primários através de investigações a campo com aplicação de questionários e entrevistas estruturadas além de anotações das observações realizadas.

Contradições da territorialidade do agronegócio em território camponês

A constatação de que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas ocorre de forma desigual e contraditória levou ao entendimento de que em determinadas circunstâncias em vez de se territorializar é mais vantajoso ao capital monopolizar o território (OLIVEIRA, 1987, 2001). Neste sentido, há momentos em que o capital ao invés de expropriar o camponês, subordina a produção deste a indústria, dominando a circulação e drenando, assim, a renda da terra camponesa.

A monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 1987; 2001) é entendida neste texto como territorialidade capitalista no território camponês. Considerando que sujeito e espaço não se separam (LEFEBVRE, 2006; SANTOS, 2006), compreende-se territorialidade como o uso do território, ponderando que este é exclusivamente produzido por uma relação social que somente pode ser realizada pelo sujeito. Desta forma, entende-se que a territorialidade pode ser capitalista ou camponesa. Pode-se ter uma territorialidade capitalista porque a relação social capitalista produz uma territorialidade que é uma forma de uso do território. Assim, há locais em que as relações capitalistas subordinam as relações camponesas e, conseqüentemente, seus territórios, sendo que as técnicas e as tecnologias de produção agropecuária são determinadas pelo agronegócio que capitaliza a renda produzida pelos camponeses. Trata-se de uma territorialidade infringindo, subordinando a outra territorialidade. Este entendimento contribui para a compreensão das formas de subordinação encontradas nos assentamentos pesquisados, porque implica na compreensão do caráter multidimensional da territorialidade, isto é, o uso e o pensar do território e da territorialidade.

Para Fernandes (2010, *apud* COCA, 2011) a territorialidade é uma propriedade do território e, enquanto tal, ao expressar as formas e relações de usos deste gera determinada configuração territorial.

As territorialidades expressam as relações de poder que determinam as configurações territoriais. Elas nos ajudam a identificar quem domina e quem é dominado nos territórios. As territorialidades também estão expressas nas paisagens de modo que seus componentes revelam as relações sociais, políticas e econômicas. (FERNANDES, 2010 *apud* COCA, 2011, p. 122).

Ou seja, a territorialidade é caracterizada pelas táticas e ações para manutenção do controle sob os territórios, cujas marcas são as relações de poder como afirmado por Raffestin (1993). Sendo que a territorialidade reflete,

[...] a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159. Grifo nosso).

Portanto, a territorialidade emana do território como resultado das relações de poder exercidas para gerir o espaço de existência e/ou de produção. Deste modo, no interior de um mesmo território podem coexistir várias territorialidades. Por exemplo, no lote de um assentado, o qual entende-se como segundo território (FERNANDES, 2008; 2009), podem se manifestar as territorialidades do camponês, do capital e do Estado. É nessa acepção que o conceito de territorialidade corrobora para interpretar a forma de produzir no campo em geral e em específico nos assentamentos estudados. Nestes, a produção ocorre por meio de relações alheias às tipicamente capitalistas, pois, os camponeses detêm a posse da terra. Entretanto, isso não impossibilita a manifestação das territorialidades do capital nos assentamentos o que indica a existência de uma constante disputa territorial nestes, como

pode ser aferido no trecho a seguir, extraído da entrevista concedida por uma liderança do assentamento Celso Furtado.

A partir que vai pros lotes e vê a sua, a sua vida, a sua forma de produção mudar com o, com a entrada do capita... do capitalismo mais forte no campo, à partir da... da monocultura, percebe assim que é um território em plena disputa. Então, se você conversa com algumas pessoas [assentados] que compreendem mais essa questão, eles percebem que o assentamento é um território em pleno campo de disputa. (E. M., Assentamento Celso Furtado, março de 2010. Grifo nosso)².

À vista do exposto, concorda-se com a indicação de Fernandes (2009), de que a disputa territorial pode ocorrer tanto pela desterritorialização como pelo controle das formas de uso e acesso aos territórios, ou seja, pelo controle das suas territorialidades. Dentre as territorialidades da agricultura do capital, manifestadas nos assentamentos investigados estão a fumicultura e o sistema agrícola do agronegócio. Evidentemente, ambas são portadoras de uma relação assimétrica, porém, dialética.

Fumicultura

Nos assentamentos estudados, alguns camponeses se dedicam ao cultivo de tabaco, realizando-o a partir do sistema “integrado” de produção, sobretudo, com duas empresas do setor: Souza Cruz e Universal Leaf Tabacos. Por este sistema, as empresas financiam as estruturas (materiais para formação dos canteiros, galpões para secagem etc.), sementes, adubos e agrotóxicos que serão usados na lavoura além de fornecer assistência técnica aos assentados que em troca devem comercializar sua produção com a empresa. Às empresas, este sistema permite o acúmulo de capital, por meio da definição dos preços da matéria-prima, do financiamento das estruturas e insumos, ou seja, através da sujeição compulsória da renda da terra camponesa. É importante resaltar que através deste mecanismo as empresas definem o preço dos insumos e a taxa de juros dos financiamentos, ao mesmo tempo, são elas que determinam o preço pago pela matéria-prima entregue pelos camponeses, através de um sistema de classificação da qualidade do produto.

Este sistema de integração resulta na intervenção das indústrias na ordenação interna dos sítios camponeses (PAULINO, 2004; 2012), pois as empresas fumageiras determinam os padrões das infraestruturas, dos tipos de sementes e insumos utilizados, a distância entre as mudas transplantadas à lavoura, bem como, as quantidades e prazos a serem observados pelos assentados para a entrega da produção. Contudo, ressalta-se que esta intervenção não tira dos camponeses a autonomia sobre o seu tempo, o seu trabalho e também em relação à decisão das atividades a serem realizadas no sítio. Ou seja, o território continua sendo de domínio do camponês, entretanto, o capital exerce uma territorialidade maior ou menor em determinadas partes deste, subordinando a renda camponesa conforme a medida de incorporação à lógica capitalista.

Neste processo é primordial a compreensão de que: “os camponeses comparecem ao mundo do trabalho como entidades familiares” (PAULINO, 2012, p. 124). É a família que se encarrega de providenciar a matéria-prima contratada pela indústria. Portanto, não se trata da venda do trabalho camponês. O que estes vendem às empresas fumageiras é a sua produção, na qual está contido o trabalho familiar. O caráter familiar da produção camponesa impõe um ritmo de trabalho diferenciado, pois a força de trabalho do pai soma-se a da mãe e filhos, guardadas as devidas intensidades decorrentes da divisão interna pautada em gênero e faixa etária. Exemplar da utilização do trabalho familiar na produção de matéria-prima às empresas fumageiras é a situação visualizada na comunidade Palmital no assentamento Celso Furtado, na qual, em um dos lotes, encontraram-se três famílias capinando a lavoura de fumo. Trata-se de membros originários de uma mesma família, porém, o casamento de dois filhos levou a

² Entrevista realizada por Estevan Leopoldo de Freitas Coca a quem agradeço pela gentil cessão do material.

formação de duas novas famílias que passaram a dividir o mesmo lote, tanto em relação à moradia, quanto a produção.

Em relação ao trabalho familiar constatou-se que as três famílias se dedicavam a duas atividades estruturantes: à produção leiteira, da qual a renda monetária proveniente era reservada aos pais; e ao cultivo de fumo, para o qual, os pais cederam parte do lote aos filhos casados. Estes realizavam a lavoura de forma conjunta dividindo custos, trabalho e a renda monetária resultante. Embora havia certa divisão em relação à renda proveniente de cada atividade, o mesmo não se pode dizer em relação ao trabalho, vez que: “O pai vive do leite e deu a roça pra nós [dois filhos casados] plantá fumo, mais aqui nós tudo se ajudamo no trabalho”. (D. O., Comunidade Palmital, Assentamento Celso Furtado. Setembro de 2013. Grifo nosso)³. Esta situação em que a unidade camponesa reúne várias famílias constituídas a partir do casamento dos filhos e que juntas dividem a utilização produtiva do lote é comum nos assentamentos pesquisados.

No caso apresentado é evidente a restrição imposta aos camponeses pela dimensão territorial do lote (16,35 ha), pois os filhos cultivavam 80 mil pés de fumo, sendo 50 mil da variedade Burley nas terras cedidas pelos pais e 30 mil do tipo Comum⁴ em terras arrendadas de um assentado vizinho. Para este, pagavam renda fixa de R\$ 1.700,00 anuais por cerca de um alqueire de terra acrescido dos custos com a correção da fertilidade do solo utilizado. Somadas as despesas com o arrendamento (renda em dinheiro + correção do solo), estas resultavam em torno de R\$ 2.000,00 anuais.

Esse ano plantamo oitenta mil pé de fumo. Plantamo cinquenta mil do burley na terra do pai e trinta mil do comum no pedaço que arrendamo do vizinho. [Quanto pagam pelo arrendamento da terra do vizinho?] A gente paga renda fixa de mil e setecentos por ano, mas tem que realizar a correção do solo. Acho que ao todo dá uns dois mil por ano. (D. O., Comunidade Palmital, Assentamento Celso Furtado. Setembro de 2013).

A situação descrita reflete a parcialidade e precariedade na condução da reforma agrária no Brasil, pois, na criação dos assentamentos rurais, as condições para o suprimento das necessidades de reprodução da dinâmica familiar camponesa e os módulos fiscais relativos aos municípios de implantação destes⁵ são desconsiderados. Assim, o caso de arrendamento apresentado, se inscreve neste contexto em que a quantidade de terra disponível ao campesinato é inversamente proporcional à mão de obra existente, levando a atividades que intensificam esta última. Ou seja, o equacionamento da produção camponesa parte da composição da força de trabalho familiar (CHAYANOV, 1974). Assim, a produção de fumo é preferível, em casos como o descrito, por demandar menor área de terra e maior quantidade de trabalhadores na execução das atividades. O exemplo ora apresentado ilustra ainda outra característica fundamental do trabalho familiar camponês: “El volumen de la actividad de la familia depende totalmente del numero de consumidores y de ninguna manera del numero de trabajadores”. (CHAYANOV, 1974, p. 81). Quer dizer, é a pressão exercida pelas necessidades de consumo que determinam o grau de utilização e intensificação da força de trabalho. Corroborar com este entendimento as palavras de um interlocutor, do Assentamento Ireno Alves dos Santos, que cultivava fumo integrado a Souza Cruz:

Só que o fumo o senhô sabe, né? O fumo se você tivé preguiça não trabaia não. A turma falô: cê é loco. Falei mas homi do céu, eu tenho minha família prá criá cara. Eu tenho meus filhos, tenho que dá alguma coisa prá eles. Eu tenho que trabaia. Ah eu planto soja aqui. Planto soja. Eu pego lá o trator,

³ Metodologicamente optou-se pela preservação da identidade dos camponeses entrevistados, indicando nas entrevistas apenas as iniciais dos respectivos nomes.

⁴ Ambas as variedades Burley e Comum são fumos de galpão, ou seja, curados naturalmente ao ar. A variedade Comum, geralmente, apresenta uma planta mais robusta e de menor qualidade sendo destinado ao atendimento do mercado interno de cigarros. Já o de tipo Burley é em sua maioria destinado a exportação devido à qualidade superior.

⁵ O módulo fiscal corresponde a 20 ha em Quedas do Iguaçu e a 18 ha em Rio Bonito do Iguaçu.

com meio dia eu limpo minha lavoura. Mas cara, o soja prô pequeno não funciona. Você sabe disso. (O., Comunidade Arapongas, Assentamento Ireno Alves dos Santos. Dezembro de 2013. Grifo nosso).

Ou seja, o número de consumidores no lote indica o necessário grau de utilização da força de trabalho familiar, ao modo que esta supra as necessidades familiares e não fique ociosa por longos períodos. O conhecimento desta peculiaridade do campesinato faz as indústrias os considerarem “parceiros” ideais no processo de integração. Assim, trata-se de uma subordinação que, contraditoriamente, garante a reprodução camponesa.

Embora a relação de integração estabelecida com a indústria retire parte da autonomia camponesa, no que tange a organização interna dos lotes e a decisão de como cultivar, possibilita a estes o acesso a insumos e sementes, além de garantir a inserção das respectivas colheitas no mercado. “A gente vende prá Souza Cruz. [Por quê?] Ela é melhor. Fornece adubos e semente e compra tudo que foi produzido”. (D. O., Comunidade Palmital, Assentamento Celso Furtado. Setembro de 2013. Grifo nosso). Evidentemente que a estratégia das empresas assenta-se na majoração das formas de captação da renda produzida pelos camponeses, através do controle dos extremos do processo produtivo e na garantia da entrega da produção de tabaco daqueles à referida indústria. Isso é perceptível no fato de que o preço dos fertilizantes, agrotóxicos e sementes vendidas aos camponeses são regidos pela empresa que, desse modo, se apropria duplamente da renda camponesa: na venda dos insumos e na compra da produção. Agrega-se a isto que o pagamento dos insumos previamente fornecidos aos camponeses é realizado no momento da venda do tabaco e, geralmente, calculado em quantidades de quilogramas, obrigando à entrega da produção a referida empresa. Outro método utilizado pela empresa para garantir a entrega da produção a esta são as visitas do instrutor em diferentes fases do desenvolvimento da lavoura, estimando o total da produção. Cabe esclarecer que a compra do fumo produzido pelos camponeses, se dá por um sistema de classificação da qualidade do produto, a qual aumenta a retenção da renda da terra, pois, as empresas definem as classes finais e, conseqüentemente, o preço pago às mesmas.

É indubitável que a integração na fumicultura é altamente vantajosa para as empresas. Por outro lado, a livre adesão dos camponeses a esta, indica que há conveniências recíprocas, embora em diferentes medidas. Depõe a favor deste tipo de integração o fato do acesso a fertilizantes, sementes e demais insumos necessários à lavoura, bem como da infraestrutura necessária ocorrer diretamente com as empresas sem a necessidade de financiamentos em bancos e o pagamento estando vinculado à comercialização da produção. O solo recentemente desocupado pelo fumo aproveitado para a realização de outros cultivos também adquire importância no processo de integração da produção camponesa: “Qué vê o mio [milho] que da aqui em cima cara [leiras do fumo], por causa dá adubação. Mas dá um mio assim que, home do céu”. (O., Comunidade Arapongas, Assentamento Ireno Alves dos Santos. Dezembro de 2013). Ou seja, a partir do aproveitamento da resteva do fumo o camponês faz duas safras com aplicação de investimentos em apenas uma delas. Somam-se a estas questões o acompanhamento da produção de fumo realizado pelo instrutor, o que em tempos de escassa assistência técnica aos camponeses, é relevante.

Ainda na lógica da reprodução contraditória do campesinato inserido na integração às indústrias do fumo, alguns camponeses a consideram mais rentável monetariamente do que outras atividades que dependem de produção em escala.

Agora você pranta um arquere de fumo e soma todo o terreno [5 alqueires]. Dum arquere de fumo, dá tua área de soja [5 alqueires]. Eu pranto esse pedaço aqui de soja, aqui. Esse arquere de soja aí. Todo mundo pranta os lotes deles ali. Nenhum deles faz o que eu faço nesse alquere de fumo. Pode prantá soja aquilo que dê. Não faz o que eu faço. [...] Apesar que daí eu não vô faze nada né? Eu venho aqui com meio dia passo veneno, termino e vô embora. Não faço nada. Mas também o meu lucro (...). (O., Comunidade Arapongas, Assentamento Ireno Alves dos Santos. Dezembro de 2013).

Nosso interlocutor relata que obtém mais renda cultivando fumo em área reduzida do que se plantasse todo o lote (cinco alqueires) com soja. Logicamente que o maior ingresso monetário em menor área utilizada é importante ao campesinato. Contudo, isto não determina a escolha das atividades produtivas: é apenas um dos elementos de um ciclo de múltiplas ações que se combinam ao ritmo da reprodução social e não do capital. As atividades precisam, sobretudo, serem compatíveis à organicidade camponesa e possibilitar a reprodução do grupo familiar. Todavia, o maior ingresso monetário em menor área utilizada para cultivo adquire importância dentro da lógica camponesa, pois perante as restrições em relação ao tamanho da terra buscam-se formas para melhor aproveitamento da área disponível a fim de garantir as condições necessárias a reprodução da família. A isto se acrescenta que raramente a especialização da produção é utilizada pelo campesinato, sendo a diversificação, prática inalienável a estes, como se observa no trecho subsequente.

Cê vê, eu num alquere de fumo eu tiro mais que tudo, na propriedade inteira, de quem for. E cê vê o quanto eu tiro? Oh! eu vô tirá um eito de feijão. Eu vô tirá pasto lá, um eito de pasto pás vacas que eu tô tirando leite, da mema área, dessa mema área aqui, que supor se eu fosse pranta né. Olha quanto de dinheiro eu tiro a mais, do que o cara que pranta [soja, monocultura]. (O., Comunidade Arapongas, Assentamento Ireno Alves dos Santos. Dezembro de 2013).

Depreende-se assim que a integração à agroindústria do fumo se sustenta entre os camponeses, também pelo seu caráter de atividade complementar, pois possibilita a combinação com outras atividades sazonais ou perenes, ampliando a renda. O fragmento sobre-escrito deixa em evidência esta relação ao mostrar que paralelamente ao fumo se desenrolam outras atividades como: lavoura de feijão, pastagem, produção de leite etc. “Enfim, é o caráter complementar da integração que acena para uma forma de recriação camponesa, que permite ver sob outro prisma a intervenção em relação a uma atividade específica, para que as demais possam ser desenvolvidas com menores sobressaltos”. (PAULINO, 2012, p. 133).

A conclusão que se pode extrair é a primazia pela ampliação das estratégias de reprodução social da família camponesa. Assim, a fomicultura aumenta o rol de atividades da família possibilitando equacionar o balanço trabalho-consumo, ou seja, a racionalidade camponesa está circunscrita as necessidades de manutenção da família e não à reprodução do capital. Incontestavelmente, a integração permite às empresas subtraírem a renda da terra camponesa, mas, contraditoriamente, também possibilitam a recriação camponesa, embora subalternizada. Ou seja, a territorialidade do agronegócio do fumo no território camponês, como se tem visualizado, aponta para uma existência subalternizada do campesinato ao sistema capitalista, em que este se apropria das relações não capitalistas de produção realizadas pelos primeiros para garantir sua reprodução ampliada.

Sistema agrícola do agronegócio

Outra forma do capital subalternizar a produção camponesa é através da territorialidade do sistema agrícola do agronegócio em território camponês. Nesta também está em jogo à apropriação de relações não capitalistas de produção e a sujeição da renda da terra camponesa pelo capital, assemelhando-se aos mecanismos descritos no item anterior, contudo, apresenta diferenças: a relação é de intermediação e não de intervenção (PAULINO, 2012). Cabe salientar que a relação de intermediação garante maior autonomia ao campesinato do que o sistema de integração, no que tange a organização interna dos lotes e na decisão do que, como e quando cultivar (PAULINO, 2012). Entretanto, esta autonomia é relativa em vista do aprofundamento da subalternidade camponesa pronunciada pela relação mercantil. Assim, quer se demonstrar que em vários lotes dos assentamentos estudados a matriz produtiva do capital baseada no monocultivo com uso intensivo de agroquímicos é

hierárquica, ampliando os mecanismos de subordinação da renda da terra, como no cultivo de árvores (notadamente *pinus* e eucalipto) e de *commodities* agrícolas como a soja.

Nos assentamentos selecionados para fins analíticos, o cultivo de árvores ocorre em duas situações: monocultivo de eucalipto enquanto diversificação produtiva com cultivo de eucalipto e *pinus*. Ambas as situações foram observadas, sobretudo, no assentamento Celso Furtado, o qual possui a particularidade de ter sido formado, entre outras, por áreas de cultivo de *pinus*, eucalipto e Araucária, acarretando no momento da divisão dos lotes, a existência de alguns com praticamente sua totalidade submetida à exploração madeireira. A comercialização desta remunerou monetariamente alguns assentados, possibilitando a estes a compra de maquinários e implementos agrícolas, como mostra um de nossos interlocutores, assentado e técnico no assentamento: “Alguns assentados venderam a madeira e se capitalizaram. Compraram trator, caminhão e ceifa” (E. N., Comunidade Orgânicos, Assentamento Celso Furtado. Setembro de 2013). Fatores como este estimularam outros assentados a direcionar o lote ou parte deste, para produção madeireira. Assim, nos assentamentos estudados, observaram-se lotes com cultivos de árvores em parcela do lote ou na maior parte deste, assumindo caráter de atividade principal.

Em alguns dos lotes do assentamento Celso Furtado, com ocorrência predominante da atividade madeireira, identificou-se que a mesma decorre do cultivo realizado pelo antigo latifúndio, estando, agora, em processo de corte. Entretanto, esta situação não é válida para a totalidade dos casos observados. Por exemplo, em determinado lote de 21 ha no assentamento Celso Furtado, constatou-se que, destes, 14 ha destinavam-se ao cultivo de 15 mil pés de eucalipto, enquanto que o restante estava disposto entre pastagens (6 ha), cultivos de autoconsumo (0,5 ha) e 0,5 ha em instalações de moradia e outras infraestruturas (galpão, açudes, chiqueiro, estrebaria etc.). Ou seja, há neste lote o predomínio do cultivo de eucalipto. Neste caso, a observância que não se trata de cultivo residual do antigo latifúndio, mas sim, de plantio realizado pelo assentado é primordial, vez que, indica a opção por tal atividade: “Eu decidi [plantar eucalipto] porque meu filho pegô terra com eucalipto [no momento de criação do assentamento] e saiu bem. Aí decidi. A minha ideia era de plantar também um alqueire de erva-mate, mas aí enchi tudo com eucalipto”. (A. B., Comunidade Renascer, Assentamento Celso Furtado. Setembro de 2013). É inegável que a monocultura, neste caso particular da madeira, representa a ampliação dos mecanismos de captação da renda da terra camponesa em favor da classe dos capitalistas, sobretudo, porque a principal destinação desta produção é a comercialização, lócus da apropriação da riqueza produzida pelos camponeses.

Uma análise apressada de tal situação poderia concluir que se trata de um emblemático processo de (re)territorialização do capital no território camponês. Nesta conclusão a incompreensão dos fatos que levaram o camponês a destinar maior parte de seu lote ao monocultivo da madeira pode gerar conclusões parciais da realidade, escapando ao olhar do pesquisador, por exemplo, que embora subordinado, o território continua sendo gerido pelo camponês, sendo este quem determina as atividades a serem realizadas. É preciso observar ainda, que embora a produção de madeira esteja amplamente subordinada ao sistema capitalista, será o camponês quem irá decidir para quem, quando e quanto vender, considerando as várias possibilidades de utilização do eucalipto (lenha, construção civil, madeira, móveis etc.) e as necessidades familiares.

A fim de aprofundarmos o entendimento da racionalidade camponesa em relação ao caso exposto, é preciso pontuar os motivos que levaram a opção por tal atividade. Primeiramente, a falta de maquinários necessários ao desenvolvimento das atividades da lavoura mecanizada foi considerada entrave: “Lavoura para pequeno dá muita dor de cabeça. Sem maquinários”. (A. B., Comunidade Renascer, Assentamento Celso Furtado. Setembro de 2013). Na sequência, nosso interlocutor aponta um elemento central em sua escolha: os prejuízos decorrentes de safras mal sucedidas: “Já tive que vendê vaca prá pagá os prejuízos da lavoura. Por isso o eucalipto”. (A. B., Comunidade Renascer, Assentamento Celso Furtado. Setembro de 2013). Esta conjuntura acena para um cálculo em que o camponês se orienta no sentido de não perder o que possui em detrimento do que eventualmente poderá obter em termos de rendimento.

Colabora na compreensão do exposto, o fato de que no lote vivem apenas três pessoas: o casal, que possui renda mensal de três salários mínimos provenientes de aposentadorias, e um filho, o qual, embora resida no lote, trabalha na comercialização de automóveis, máquinas e implementos agrícolas, animais etc. utilizando a renda destas atividades em proveito próprio. Percebe-se que, embora existam três consumidores vivendo no lote, número superior ao de trabalhadores (2), não ocorre uma maior exploração da força de trabalho (CHAYANOV, 1974), porque há uma situação de equilíbrio possibilitada pela renda mensal externa ao lote (aposentadoria), que somada à interna “uns pingados da venda de uma criação, um peixe, um queijo” (A. B., Comunidade Renascer, Assentamento Celso Furtado. Setembro de 2013), é suficiente para a manutenção das necessidades básicas do grupo familiar. Esta situação explica, em partes, a diminuição da exploração da força de trabalho obtida com o plantio do eucalipto. Foram, portanto, sucessivas situações (rendimentos externos, idade avançada, experiência dos filhos, prejuízos com a lavoura etc.) somadas ao cálculo entre as necessidades de renda do grupo doméstico e os recursos com que contavam que levaram o camponês em apreço a considerar como melhor estratégia para sua unidade produtiva o cultivo de eucalipto.

Outra forma do cultivo de árvores que se encontra nos assentamentos estudados é o realizado em parcela menor do lote. Este pode ser resquício do antigo latifúndio ou parte de um processo de diversificação das atividades da unidade camponesa. Na primeira situação se inscreve, sobretudo, o *pinus*, enquanto que na segunda o eucalipto é preferível devido ao processo mais rápido de desenvolvimento e maiores possibilidades de comercialização. Adiciona-se que o cultivo de árvores possui como característica a versatilidade, ou seja, dependendo das condições sociais de reprodução familiar e o preço da madeira inferior ao desejado é possível deixá-la na roça para a extração em momentos que as circunstâncias forem mais convenientes. Essa característica é apresentada por um dos interlocutores que possui parte da área coberta com eucalipto: “Daí, que nem nós plantamos esses eucaliptos. Uns três mil pé de eucalipto. Daí dava prá vende já, mas eles querem paga só vinte e cinco reais o metro, não tem condições. O melhor é deixar”. (B. S., Comunidade Campo Novo, Assentamento Celso Furtado. Setembro de 2013). Essa qualidade também permite a realização de extração em diferentes etapas possibilitando recursos em momentos de percalços financeiros, de saúde ou obtenção de maiores rendimentos: “A ideia é fazer três cortes: cinco anos, nove anos e doze anos. Deixar oito mil pés pelo menos cinco anos e se der deixar mil pés para doze anos. Porque aí que dá dinheiro. Prá ter uma ideia, meu filho vendeu as árvores maiores a cento e doze reais cada”. (A. B., Comunidade Renascer, Assentamento Celso Furtado. Setembro de 2013).

Para além da questão produtiva, a opção em cultivar eucalipto pode originar-se das necessidades básicas de madeira e lenha inexistentes no lote e ser fortificada, por pessoas externas (assistência técnica etc.), como atividade econômica, conforme nos indica uma assentada do Celso Furtado.

Na época que nos entramos aqui não tinha madeira, lenha, no nosso lote. [...] E daí fomos plantando e plantando. E daí, também, eles aconselhavam. Diziam que isso aí era um banco verde, uma poupança verde, eles diziam. E ajuda depois né? Mais tarde. [Quem dizia isso?] Até o Ade do INCRA falava que a gente plantando madeira diz que é uma poupança verde que a gente faz. (B. S., Comunidade Campo Novo, Assentamento Celso Furtado. Setembro de 2013. Grifo nosso).

A partir do conjunto exposto compreende-se que o cultivo de árvores, embora seja a expressão da territorialidade do agronegócio no território camponês, integra, nestes casos, a multiplicidade das estratégias de recriação camponesa. Pois, em sua maioria é realizado em parcela do lote camponês não assumindo a primazia sobre a produção e a renda, mas complementando-as. Isto é possível pelo caráter contraditório que assume a reprodução camponesa.

Nos territórios estudados, o cultivo das lavouras mecanizadas com caráter eminentemente comercial, em especial a soja, também ilustra a territorialidade do agronegócio sobre o território camponês, evidenciando diferentes níveis de inserção dos assentados no patamar técnico dominante e um conjunto de estruturas comerciais vinculadas a este (cooperativas capitalistas, cerealistas, lojas agropecuárias, veterinárias etc.) atuantes nos assentamentos. Em vários pontos destes é perceptível a hegemonia do cultivo da soja sobre os lotes, todavia, é necessário considerar que a hierarquia por tal atividade não significa a exclusividade no sítio camponês, pois esta se combina com um conjunto de outras atividades desenvolvidas em parcelas menores. Além disso, este cultivo se insere numa série de conciliações entre a força de trabalho familiar, a situação monetária da família, as necessidades de consumo e a conjuntura do mercado. Acrescenta-se, que assim como toda *commoditie*, a soja sofre com as flutuações do mercado internacional, podendo em determinados momentos apresentar rendimentos satisfatórios e, em outros, frustrar as perspectivas criadas em torno de possíveis remunerações, fator secundário na avaliação camponesa.

A produção da soja em escala comercial visualizada nos assentamentos pressupõe a utilização de maquinários, fertilizantes, agrotóxicos e sementes, industrializados e na maioria dos casos modificados geneticamente, tal qual, nos territórios do agronegócio. Nesse momento o capital comercial age por meio do monopólio dos preços dos insumos necessários à produção. É nesta ótica que muitas cooperativas, cerealistas e lojas agropecuárias têm atuado nos assentamentos em questão, comercializando os insumos impetrados ao processo produtivo e drenando a renda gerada pelos camponeses para as camadas capitalistas. Assim, as diversas cooperativas e cerealistas como a Cooperativa de Produtores de Grãos (COPERGRÃO), Cooperativa Agropecuária Sudoeste LTDA (COASUL), Cooperativa Agroindustrial Cascavel (COOPAVEL), Cooperativa de Produtores de Sementes (COPROSSEL), Terra Cereais, Cerealista Guzzo, Grão Fértil, entre outras que possuem os assentamentos em seu raio de ação, tem comercializado com os assentados todo o aporte que o pacote tecnológico do modelo agrícola do capital exige. Na maioria dos casos, os assentados não estão “associados” a estas cooperativas, mas tais empresas do agronegócio forjam outros laços de dependência, como, por exemplo, a facilitação da venda dos insumos agrícolas combinando o pagamento destes à entrega dos resultados da colheita conjugado à supressão de avalistas.

Este consumo produtivo é apenas uma faceta, pelas quais, tais setores capitalistas se apropriam da renda camponesa. Sabendo, pois, que a apropriação da riqueza produzida pelos camponeses ocorre no momento da circulação, sendo o comércio o lócus de realização da renda territorial capitalizada, ou seja, quanto mais estes se vincularem ao mercado, maiores são as possibilidades de aprisionamento daquela. As cooperativas e cerealistas sabem disso e ao combinar o fornecimento de insumos agrícolas à colheita, visualizam a possibilidade de captar a renda camponesa também no momento da circulação dos produtos. Ou seja, a territorialidade do agronegócio no território camponês, como se tem visualizado, aponta para uma existência subalternizada do campesinato ao sistema capitalista, em que este se apropria das relações não capitalistas de produção (realizadas pelos primeiros) para garantir sua reprodução ampliada.

Além da soja, outras lavouras cultivadas em escala nos assentamentos se encaixam na lógica exposta e possuem caráter comercial a exemplo do milho. Mas há diferenciações, pois este se enquadra, sobretudo, na lógica do excedente, sendo utilizado para alimentar as aves, suínos, e, principalmente, destinado à silagem para o gado, notadamente das vacas leiteiras. Em outras palavras, a transformação do milho, principalmente em leite, remunera melhor do que vendê-lo a granel.

Sem dúvida, a opção pelo caminho comercial potencializa os mecanismos de extração da renda camponesa, seja no consumo produtivo (compra de agroquímicos), dos financiamentos junto a bancos, cooperativas etc., ou na venda da produção. Tal situação indica diferentes graus de subalternidade da reprodução social ao sistema capitalista, de modo que, quanto mais às incorporam maior é o nível de submissão e igualmente incerta a manutenção do grupo familiar. Cabe destacar, que as características apontadas decorrem do

caráter desigual, contraditório e combinado que a expansão do capital sobre o campo brasileiro se estrutura (OLIVEIRA, 1987, 2001). O uso do território camponês está marcado por uma unidade contraditória: a territorialidade de relações camponesas e a territorialidade de relações capitalistas que subordina a renda dos primeiros. Nesse sentido, concorda-se com Paulino (2004), de que admitir que a recriação camponesa ocorra em meio às adversidades não deve servir de pretexto para deixar de reiterar a ação predatória dos diferentes agentes do capital. Tampouco, deve-se menosprezar as resistências protagonizadas pela classe camponesa, pois, se há enclaves capitalistas no território camponês há também estratégias cunhadas por estes para garantir a posse de seu território de forma mais autônoma.

Agroecologia enquanto resistência e negação à subalternidade

Atualmente, a produção agroecológica se constitui na principal referência defendida pelos movimentos socioterritoriais camponeses no enfrentamento ao modelo agrícola dominante, conseqüentemente, como estratégia de resistência e negação à subalternidade da produção e renda camponesa. Nos assentamentos privilegiados para efeito desta análise, o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de outras entidades e organizações à produção orgânica/agroecológica tem trazido um conjunto de técnicas aos assentados como em relação ao piqueteamento das pastagens nas técnicas do Pastoreio Racional Voisin (PRV), produção de biofertilizantes, caldas, inseticidas e sal mineral de forma artesanal; melhorias na sanidade animal através de técnicas como a homeopatia; controle biológico, reprodução de mudas através de alporques, bem como contribuído na recuperação de alguns métodos que estavam se perdendo entre os camponeses como, a reprodução de sementes de variadas espécies vegetais. Além disso, tem-se realizado um conjunto de práticas formativas e de difusão de atividades como feiras, jornadas e eventos sobre a agroecologia. Deste modo, tem-se potencializado a matriz agroecológica engendrando esta enquanto resistência à hegemonia da agricultura artificializada.

A transição à agricultura orgânica/agroecológica tem sido fomentada de diferentes formas e se encontra em distintos níveis nos assentamentos selecionados. O Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), vinculado ao MST e localizado no assentamento Ireno Alves dos Santos, tem papel fundamental nesse processo, seja realizando cursos na área de agroecologia ou, à frente do trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)⁶ através de contratos firmados com o INCRA. Assim, prestam assistência técnica aos assentados, realizam cursos de formação e palestras relacionadas a agroecologia, focando principalmente a produção leiteira por intermédio da utilização do método PRV. Embora o foco do CEAGRO com a ATER seja potencializar a produção agroecológica, sobretudo na produção leiteira, visualizou-se um conjunto de limitações devido às inúmeras metas estabelecidas pelo contrato com o INCRA (número mínimo e máximo de visitas aos lotes, calendário a ser cumprido, atendimento apenas à famílias regularizadas, trabalho burocrático etc.), deficiências na infraestrutura logística de transporte (os veículos utilizados são particulares, sendo que o contrato prevê um veículo para cada dois profissionais), elevado número de famílias atendidas por cada profissional (a média

⁶ O CEAGRO conta atualmente com dois núcleos: Um deles com sede em Rio Bonito do Iguaçu e com atuação desde 2011 nos assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire no mesmo município e nos assentamentos 8 de Junho e Bugre Morto em Laranjeiras do Sul. Em 2014 o CEAGRO constituiu um novo núcleo com sede em Quedas do Iguaçu após ter sido contemplado com a aprovação de edital junto ao INCRA. Este núcleo atende as famílias dos assentamentos Celso Furtado (Quedas do Iguaçu), 1ª Conquista da Bracatinga (Espigão Alto do Iguaçu), Terra Livre (Nova Laranjeiras), Procopiak (Três Barras do Paraná) e Nova Fatura (Saudade do Iguaçu). Tal cenário tem apontando novas perspectivas para a agroecologia no assentamento, em vista de que, o foco do trabalho do CEAGRO com a ATER é a conversão da produção. Em 2015 o núcleo do CEAGRO de Quedas do Iguaçu passou a atender também o assentamento Dez de Maio (Rio Bonito do Iguaçu) a partir da aprovação de novo edital. Assim, todos os assentamentos conquistados do latifúndio Araupel estão contemplados com assistência técnica vinculada ao CEAGRO.

em Rio Bonito do Iguazu é de 266 famílias⁷), não reconhecimento pelo INCRA de determinadas atividades realizadas como integrantes da assistência técnica (como exemplo a constituição da feira agroecológica em Rio Bonito do Iguazu), limitações financeiras acarretando no desestímulo dos profissionais e na busca destes por outros trabalhos implicando na descontinuidade do acompanhamento, resistência dos assentados à assistência técnica em virtude de experiências prévias mal sucedidas, todos estes elementos restringem a dinamização das atividades agroecológicas por parte da ATER. Além disso, a ATER é uma atividade temporária renovada ou não a cada ano com um prazo máximo de cinco anos para execução.

Apesar disso, as atividades do CEAGRO frente a ATER, somada a constituição e atuação do Núcleo de Certificação Participativa da Rede Ecovida de Agroecologia vêm estimulando a produção orgânica/agroecológica nos assentamentos estudados, com destaque para os assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire⁸, nos quais, atualmente encontram-se 105 famílias em processo de transição agroecológica e duas com a totalidade do lote certificado como produção agroecológica. Seguindo a estrutura da Rede Ecovida de certificação participativa, este conjunto de famílias em transição agroecológica/certificados, encontra-se organizado em 06 grupos nos supracitados assentamentos e juntamente com outros grupos de famílias, associações e entidades de 11 municípios próximos formam o Núcleo Regional “Luta Camponesa” da Rede Ecovida de Agroecologia.

Além dos incentivos externos à produção orgânica/agroecológica, somam-se outros elementos como: o endividamento de alguns assentados levando-os a modificar o seu modelo de produção, como indicado por um dos técnicos de ATER do CEAGRO que trabalha nos assentamentos: “Muitos que entraram no orgânico foi por questão econômica e não ideológica ou política. Se endividaram e a saída foi fazer mais orgânico.” (S., CEAGRO, Assentamento Ireno Alves dos Santos, Dezembro de 2013). Mas a opção por uma produção orgânica/agroecológica advém também da consciência e experiência de vida do camponato, sobretudo, levando em consideração a saúde da família, das pessoas que consumirão os alimentos e do ambiente, como pode ser compreendido nos trechos a seguir.

Óia desde a gente assisti na televisão. Eu vê com meu próprio zolho, pessoas nasce tudo deficiente, os médico atesta, aprovavam que era devido ao veneno. Até por sinal eu tenho uma cunhada, irmã da mulher, que ela tem câncer e os médicos atestaram que é dirigido só do veneno do fumo. (A. S., Comunidade Nova Conquista, Assentamento Ireno Alves dos Santos, dezembro de 2013).

Primeiro por causo que a saúde da gente. Deve-se procura a saúde em primeiro lugar. Por causo que se nós usa o veneno, nós vamo tá destruindo a terra. Os microrganismos nós não vamo dexa eles pode trabaia. Por que a terra, se ela (...) aqui em baixo, ela vai te que te arguma coisa. Mais como é que vai te aqui, oh! Aqui tem um coró. Porque ele tem que tá embaixo da terra e se tive só o produto químico não vai sobrevive embaixo, ele vai morre. A própria minhoca. (C., Comunidade APRA, Assentamento Marcos Freire, dezembro de 2013).

As passagens indicam elementos que levaram à opção dos camponeses por um modelo agrícola alternativo que foge às amarras do capital e possui lógica diferenciada, centrada nos sujeitos e no ambiente e não no lucro. Entretanto, esta investida carece de

⁷ Considerando que os trabalhos são divididos por duplas de profissionais de áreas distintas, ou seja, embora sejam 266 famílias para cada dupla, individualmente cada profissional terá que atender ao total das famílias.

⁸ Nos assentamentos Celso Furtado e Dez de Maio o trabalho do CEAGRO frente a ATER é mais recente como indicado na nota anterior, fato que leva a crer que em alguns anos o número de famílias em processo de transição agroecológica poderá aumentar e contemplar os 4 assentamentos.

políticas diferenciadas⁹ de subsídios e comercialização, por exemplo, o que até o momento é incipiente para estes camponeses. Por outro lado, tais mecanismos precisam ser compatíveis a leitura de mundo do campesinato, caso contrário, não surtirão efeitos. Pois, como verificado, alguns assentados se recusam em manter vínculos com bancos não recorrendo a nenhuma espécie de financiamento, sobretudo, pela sapiência que estes lhe saqueiam a renda, somada a dificuldade em transitar por caminhos desconhecidos repletos de diretrizes institucionais e estrutura funcional fragmentada. Por isso a aversão de muitos camponeses a tais mecanismos e, quando os utilizam, fazem com extrema parcimônia. Assim, evidencia-se que o processo de conversão da produção em agroecológica tem se dado nos assentamentos em voga a partir da percepção dos aspectos negativos ligados a saúde (humana, animal e ambiental), considerando os impactos causados pelos insumos extremamente prejudiciais do padrão agrícola quimificado; de aspectos econômicos derivados do insucesso dos agricultores na aplicação do modelo capitalista extremamente coadunado a insumos externos; e, sobretudo, a conexão entre a proposta da agroecologia e os elementos estruturais da produção camponesa que visam maior autonomia.

Neste compasso de tergiversar a ordem dominante do capital, algumas alternativas experimentais, especialmente em relação à comercialização do leite, vêm sendo articuladas pelos camponeses dos territórios elencados, como a organização e construção do laticínio regional da Cooperativa Agroindustrial Oito de Junho (COPERJUNHO), no assentamento Oito de Junho (município de Laranjeiras do Sul), localizado nas proximidades dos assentamentos em destaque e destinado, em especial, ao processamento de leite agroecológico. O referido laticínio ainda está em processo de regularização para o funcionamento, mas desde abril de 2014 vem coletando leite das duas famílias do assentamento Ireno Alves dos Santos que possuem o lote e a produção leiteira certificados como agroecológicos. Tal fase experimental do laticínio tem se destinado a testar os processos de produção e comercialização de alguns derivados do leite como queijo, doce de leite e iogurte.

A atual receptação do leite agroecológico consiste ainda num estímulo aqueles que comercializam o leite agroecológico e num encorajamento aos demais assentados, como relata uma de nossas interlocutoras: “Eles pegaram, começaram a leva o leite nosso, porque, pro povo vê, né? Como ia dá certo. Porque a maior fala que tinha, era isso, né? Que nós pegava o mesmo preço deles [convencional]”. (O. S., Comunidade Nova Conquista, Assentamento Ireno Alves dos Santos. Janeiro de 2015). Isto é, após a certificação agroecológica, os camponeses não tinham opção de comercialização diferenciada, sendo obrigados a entregar a produção de leite aos laticínios convencionais, configurando a subordinação da renda camponesa pela territorialidade do capital, contradição atinente à própria resistência camponesa. Cabe esclarecer que, assim como explanado pela camponesa supracitada, esta comercialização seguia os critérios de diferenciação tradicional de preços estabelecidos pelas empresas do gênero, sobretudo, volume da produção e qualidade do leite, ou seja, os camponeses não recebiam melhor preço por se tratar de leite produzido agroecologicamente. Tal característica de comercialização do leite agroecológico junto a empresas de receptação convencionais também foi relatado por outra camponesa que possui o lote certificado como agroecológico.

E também tem outro exemplo pra conta pra você que quando nós começemo com esse sistema [agroecologia] a gente vendeu o leite um ano e quatro mês. Quatro mês foi sem se certificado, mais nós já tava, né? Assim, cem por cento orgânico. Daí um ano a gente vendeu ainda já depois do lote certificado, com o papel na mão, com a placa ali com o certificado na mão. E nós vendia pa CONFEPAR. (T. L., Comunidade Nossa Senhora Aparecida, Assentamento Ireno Alves dos Santos, janeiro de 2015).

A possibilidade de canal diferenciado de comercialização da produção agroecológica do leite tem melhorado o retorno econômico, minimizando a apropriação da renda

⁹ Embora em 2013 tenha sido lançado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), não foram encontradas famílias assentadas que estejam acessando recursos a partir deste programa.

camponesa, visto que em momentos de queda acentuada do preço pago pelo litro de leite pelos laticínios convencionais, a COPERJUNHO tem procurado manter a estabilidade do preço pago pelo leite agroecológico. Enquanto que o preço pago pela COPERJUNHO ao leite *in natura* agroecológico estava estável em R\$ 1,10, nos laticínios convencionais este valor oscilava entre R\$ 0,55 e R\$ 0,70, de modo que o camponês não sabia ao certo o quanto iria receber após o fim de um mês¹⁰.

O laticínio da COPERJUNHO, embora seja conquista dos camponeses, trata-se de um empreendimento econômico, de tal modo que a comercialização do leite *in natura* junto a este não elimina por completo a transferência gratuita da renda da terra não capitalista. Entretanto, trata-se de uma rara ocasião em que a renda da terra é retida em sua maior parte pelos camponeses através de dois fatores: primeiro pelo preço “mais justo” pago ao leite *in natura* e segundo pelo fato de que parte da renda retida pelo laticínio retornará aos cooperados na forma de algum benefício coletivo. A partir do caráter econômico, a racionalidade da forma de organização da produção estimulada pela COPERJUNHO apresenta importante perspectiva política de conversão da produção. Tal característica constatada empiricamente foi exposta pelos assentados conforme consta no relato que segue.

Tem bastante gente que já tá trocando as oreia. Tem parente nosso mesmo, que já tão fazendo as barrera, já tão parando de usa veneno, até por sinal já pararam, né? Já tão fazendo as barrera na divisa dos lotes, porque tem lote, as turma veia aí, só na base do veneno, né? E não notam que tão morrendo dia por dia. E já tão se organizando. Tem um concunhado aqui e outro em cima ali. (A. S., Comunidade Nova Conquista, Assentamento Ireno Alves dos Santos, janeiro de 2015).

Sabendo que o capital procura estreitar a sua relação de exploração sobre a agricultura camponesa, o critério da menor cessão gratuita da renda da terra é elemento importante na opção dos camponeses pela agroecologia, como nos relata a camponesa citada a seguir.

[Vocês têm percebido se a partir da experiência de vocês outras pessoas tem pensado em mudar a forma de produzir?] Tem, tem porque a partir do preço do leite, né? Eles não levam em consideração, sabe? Ah ... muita coisa que a gente tem que leva, né? O mal que o veneno faiz. Nossa então é mais po lado do tipo assim como posso dizer do preço do produto. Oh eles agora assim que o preço do leite foi lá em baixo a gente vê pessoa querendo muda. (O. S., Comunidade Nova Conquista, Assentamento Ireno Alves dos Santos, janeiro de 2015).

A diminuição do peso da extração da renda da terra se constitui em elemento de extrema relevância para resistência camponesa no território. Diante de contextos adversos, como o mencionado por nossa interlocutora, os camponeses procuram estratégias, e alternativas para amenizar o grau de exploração imposto pelo capital. “Ou seja, os camponeses interferem, resistem, criam estratégias para escapar das necessidades do capital que tem na sujeição da renda da terra o seu filão de produção de capital”. (ALMEIDA, 2003, p. 21).

A recusa a sujeição da renda da terra através da agroecologia ocorre também no momento do consumo produtivo vez que neste modelo se adota o sistema preventivo, sobretudo, a partir das técnicas da homeopatia. Estas formas possibilitam a menor transferência da riqueza produzida pelos camponeses às empresas de produtos veterinários, as quais, geralmente superfaturam seus produtos para obtenção de maior lucro possível, bem como, o tratamento homeopático proporciona melhor sanidade dos animais. Tais elementos, acrescidos da compreensão que a recorrência a produtos veterinários produzidos nos

¹⁰ Informações obtidas em janeiro/fevereiro de 2015 durante a realização de trabalhos de campo.

interstícios das relações capitalistas saqueiam a renda dos camponeses, podem ser observados nos trechos a seguir.

Eu me lembro, antes, meu Deus! Era poblema em cima de poblema com essas vaca. Era, Deus o livre! Você corria ali na veterinária, lá se ia setenta, oitenta. Uma vez uma vaca não podia cria. Daí até o veterinário chega aí, a muié veia e o meu mano ali, garraram e tiraram o ternero. Daí o veterinário chego e só limpo, só tiro o resto da placenta ali. Eu não tava. Cobro cento e oitenta real. As vezes o dinheiro do leite não chegava. Chegava o final do mês, não dava pá paga as conta, né? Agora graças a deus mudo. (A. S., Comunidade Nova Conquista, Assentamento Ireño Alves dos Santos, janeiro de 2015).

[...] é muito poca coisa. É o mineral, é o sal comum que a gente que nem faz um pouco de mineral em casa, então, diminui os custo, né? E a própria homeopatia e as própria varcina que quando chega novembro, outubro, novembro que a gente faz em tudo o rebanho aí dá um gastinho a mais. Mas em maio é só até 24 meses daí é poca coisa. Mas o gasto não é muito. É poca coisa. Não dá pra gente se assusta não. É bem menos que esse povo que produz o outro leite aí. [...] é bem insignificativo. É a gente trabaia com um sistema preventivo, né? Que nem o próprio da mastite, né? É seis pila o vidrinho a gente dá pras vacas prevenindo, graças a Deus nunca acontece de mastite assim, nunca mais. (D. L.; T. L., Comunidade Nossa Senhora Aparecida, Assentamento Ireño Alves dos Santos, janeiro de 2015).

É neste sentido que a comercialização do leite agroecológico tem se revelado enquanto alternativa (embora ainda modesta e com muitas limitações), de resistência forjada pelos camponeses para a perpetuação destes na terra de trabalho. Ou seja, na negação à apropriação indébita, pelo capital, da renda da terra não capitalista produzida pelos camponeses. Cabe apontar ainda, um elemento central no processo agroecológico que extrapola o caráter econômico da produção, este é o debate nos grupos em transição ou entre vizinhos, que gera aprendizados, politização, conscientização e colaborações mútuas reverberadas em processos de enfrentamentos coletivos.

Assim, com o domínio do território, os camponeses dos assentamentos pesquisados têm praticado também formas de agricultura ofensivas ao padrão agrícola convencional, caracterizado pelo elevado uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos, sementes híbridas e geneticamente modificadas, máquinas e equipamentos elaborados nos interstícios das relações capitalistas e, politizado, perante a sociedade em geral, o debate em torno da função da agricultura. Todavia, os camponeses que se dedicam a agroecologia, nos assentamentos elencados, enfrentam um conjunto de limites e desafios. Estes, segundo os camponeses, referem-se a: visão da maioria dos assentados no dinheiro imediato; dificuldades de participação das pessoas nos grupos de famílias em transição/certificadas; problemas para o transporte e comercialização; pouco recurso e endividamento de muitas famílias assentadas; falta de mão de obra familiar; o arrendamento de terras; necessidade de aumento das formas de comercialização; dificuldades das famílias em manter a certificação; problemas com a periodicidade das reuniões dos grupos; desconhecimento da realidade de cada família dos grupos; distância física entre as famílias de um mesmo grupo; limites na infraestrutura produtiva (adubação, maquinários etc.); desistência do processo de transição por algumas famílias; e a pouca diversificação em escala comercial dos lotes.

Capitaneados pelo conjunto de avanços e limites à agroecologia, muitos desafios a curto e longo prazo se impõem aos assentados abrangidos pelas presentes observações. Frisam-se alguns elencados pelos camponeses em suas discussões nos grupos de famílias: criar planejamento para o processo de transição alçar à certificação; buscar formas para o controle do agrotóxico vindo das propriedades vizinhas (promover a campanha contra o uso de agrotóxicos para conscientizar a sociedade); manter a certificação da produção de leite e hortifrutigranjeiros; melhorar a organização e articulação entre os grupos promovendo a cooperação em diversas instâncias; ampliar o número de famílias em processo de transição

e certificadas; fazer mais eventos para formação; acessar linhas de crédito específicas para a produção agroecológica a exemplo do PLANAPO; fortalecer a recém-criada Cooperativa Agroecológica Ireno Alves (COOPAIA); produzir a matéria-prima para formar uma padaria orgânica; buscar novos canais para comercialização; melhorar a organização da produção nos lotes; focalizar o trabalho da ATER na conversão da produção convencional para agroecológica; garantir a preservação ambiental dos lotes, mesmo em casos que houver arrendamentos; aumentar a participação das famílias já envolvidas; diversificar a produção; realizar estudo de mercado sobre a demanda de produtos orgânicos; potencializar as ações daquelas famílias que já estão trabalhando no processo de conversão; e a agroindustrialização da produção.

Tanto o MST quanto o CEAGRO têm empregado recursos financeiros e humanos de forma continuada visando à conversão, de forma massiva, da matriz produtiva na região, de modo especial, nos assentamentos aqui selecionados. Contudo, tem-se verificado que a adesão dos assentados ao processo de transição agroecológica, embora significativa, atinge menos de 5% do total de 2.623 camponeses dos assentamentos em apreço. Quer dizer, mesmo com inúmeras atividades organizadas neste sentido, não existe uma efetividade no processo de transição agroecológica da produção, sendo que até o presente momento, apenas dois lotes converteram totalmente a sua produção e obtiveram a certificação de agroecológicos. Outra característica a considerar que possa obstar à conversão massiva da produção decorre da própria ideologia da agroecologia, ou seja, produção em harmonia com a natureza e a condição secundária que a produção de mercadorias goza no modo de vida camponês. Porém, em pequena escala tem se percebido alguns avanços nessa direção, como a diminuição do uso de agrotóxicos por parte de alguns vizinhos aos lotes agroecológicos e o plantio dos gêneros para o autoconsumo na divisa com estes lotes. Isto evidencia a preocupação peculiar aos camponeses de cuidado com os alimentos consumidos pela família, como relata um casal de assentados que possuem o lote certificado como agroecológico no assentamento Ireno Alves dos Santos:

Aqui mesmo, não quero ir longe. Aqui desse lado aqui. Era planta e planta e não tinha. E lavado de veneno direto. Se bem que eles lidam com um pouco de fumo que é um... é lá no cantinho, prá lá, complicado. Mas tão abandonando tudo. E tão aí fazendo piquete, do jeito deles, assim que nem eu era também, né? Mas pode ser um começo. Má ta aí plantando pasto direto e graças a Deus pararam de usar tanto veneno, aqui pra cá já nem usaram mais esse ano, nadica, só na grade, trator plantaram pasto, tão plantando pasto. E isso aí nossa! Eu vejo que pra mim foi um avanço, porque se eu aqui não uso o outro ali começa não usa também, o outro de cá também, aqui também já fez uma planta de milho tudo na enxada com a piazada dele. Planta até pro consumo dele, pa come, aqui na minha divisa que eu não uso veneno, então, o exemplo da gente que vai arrastando também, né? (D. L.; T. L., Comunidade Nossa Senhora Aparecida, Assentamento Ireno Alves dos Santos, janeiro de 2015).

Faz-se necessário lembrar que embora a projeção das potencialidades da agroecologia seja recente, esta se nutre de um conjunto de conhecimentos acumulados secularmente pelos povos camponeses combinando-os com o saber cientificamente sistematizado. Esta soldagem tem construído importante ferramenta social de negação e enfrentamento à agricultura capitalista, preservando elementos de autonomia emanados do controle territorial associado à ressignificação dos saberes tradicionais, conferindo unidade aos processos destoantes de apropriação/produção capitalista no campo. Assim, a agroecologia confronta o ímpeto expansionista das corporações que impõe formas de controle territorial impérvias aos sujeitos e territórios aqui privilegiados para efeito de análise.

A partir do exposto se caracteriza a agroecologia como parte das estratégias de recriação dos camponeses, mesmo que nos assentamentos em investigação esteja sobreposta pela agricultura quimificada, cuja incorporação resulta tanto do apelo de redenção econômica quanto da aparente inexorabilidade do paradigma tecnificante. Como princípio, a

agroecologia apresenta-se como uma perspectiva de ruptura ao paradigma de desenvolvimento hegemônico, logo, considera-se o incentivo e a realização desta, mesmo que incipiente conforme visualizada nos assentamentos, como uma das formas de enfrentamento ofensivo aos esquemas engendrados pelo modelo de agricultura capitalista. Tal problemática em tela pode ser abordada à luz do Paradigma da Questão Agrária (FERNANDES, 2013), ao qual metodologicamente converge este texto, pois parte de uma perspectiva social, econômica, ambiental e cultural, alinhavadas a reprodução da vida e não do lucro tal qual a concepção convencional de desenvolvimento contemplada no Paradigma do Capitalismo Agrário, aqui refutada. Neste processo a presença do MST e instituições vinculadas a este na organização e proposição da agroecologia é fundamental para a resistência e recriação do campesinato.

Considerações finais

Fundamentalmente, a análise exposta evidencia as disputas paradigmáticas estabelecidas nos territórios. A modernização e industrialização da agricultura causaram profundas alterações na forma de produzir dos camponeses, inclusive daqueles assentados, levando-os, em muitos casos, a tecnificação, “integração” a empresas capitalistas e produção de *commodities* agrícolas destinadas à exportação. Esta submissão ao patamar técnico dominante, afeta a autonomia camponesa exercida em seus sítios e resulta na subordinação da renda da terra camponesa, seja pela compra de maquinários, sementes, fertilizantes, agrotóxicos ou pela comercialização da produção agrícola. Em outras palavras, há a territorialidade do agronegócio no território camponês. Apesar de todos os imperativos inerentes as relações de subordinação expostas, os camponeses continuam donos de seu tempo e território, sendo que as estratégias de produção econômica e reprodução social são mais amplas, verificando-se uma infinidade de artifícios econômicos e políticos externos as relações capitalistas. Além disso, a subalternidade à agricultura capitalista é contraditória, pois em muitas ocasiões possibilita a reprodução do grupo familiar constituindo-se em mais uma estratégia de existência do campesinato. É justamente este arranjo presente no território camponês que remete ao entendimento deste a partir da combinação entre variadas estratégias que remetem as mais diversas trajetórias: sejam de autonomia ou de subalternidade que contraditoriamente garantem a resistência.

Se as contradições são inerentes ao campesinato, também é um conjunto de formas de resistência tecidas no enfrentamento ao capital, sejam elas produzidas coletivamente a partir da organização no MST ou próprias do devir histórico do campesinato que cotidianamente na luta pela sua existência cria e reproduz ações de negação ao sistema capitalista. A agroecologia se apresenta como tal. Deste modo, ao contrário de análises que defendem a homogeneização do espaço pelas relações capitalistas, têm se evidenciado no desenvolvimento do presente estudo, a efetiva participação do campesinato na construção dos territórios destacados. Entretanto, é preciso resaltar que tal construção é permeada por disputas e conflitos territoriais internos aos assentamentos rurais. Assim, é a partir do entendimento de que os assentamentos rurais são territórios, estando, portanto, em permanente conflito, que se busca compreendê-los.

Referências

ALMEIDA, R. A. de. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no mato grosso do sul.** 2003. 390f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.

COCA, E. L. de F. **Um estudo da diversidade e atualidade na reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu – estado do Paraná.** 2011. 250f.

Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

ETGES, V. E. **Sujeição e resistência**: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991. 209p.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: Edunioeste, 2003. 275p.

FABRINI, J. E.; ROOS, D. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo: Outras Expressões, 2014. 144p.

FERNANDES, B. M. Sobre a Tipologia de Territórios. *In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. v.1. 344 f. Tese (Livre-Docência em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. Disponível em <<http://www2.fct.unesp.br/nera/ltid/textos-volume1-bmf2013.pdf>>. Acesso em: 30 de outubro de 2013.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. *In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.). Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. *In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

FERNANDES, B. M. Territorialidade. *In: Dicionário de Políticas Públicas*. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

GARCIA JÚNIOR, A. R. **O sul, caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, SP: Marco Zero, 1989. 285p.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4ª éd. Paris: ÉditionsAnthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981. 185p.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 1987. 88p.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2001. 164p.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. 2ª ed. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2012. 438p.

PAULINO, E. T. Sujeição da renda camponesa da terra no contexto da monopolização do território pelo capital. **Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, Três Lagoas, MS, Ano 01, V.01, N. 01, novembro 2004.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010. 112p. (Geografia em movimento).

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense**: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. 2015. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SHANIN, T. Lições Camponesas. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.